HORTA EDUCATIVA QUILOMBOLA: SABERES INTERDISCIPLINARES E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ESCOLA MUNICIPAL EDUCADOR PAULO FREIRE, CRUZ DA MENINA – DONA INÊS/PB

Maria José da Silva (1); Amanda Christinne Nascimento Marques (2)

1 Universidade Federal da Paraíba – UFPB, graduanda em Ciências Agrárias, Campus III, mariasilvat.a@gmail.com,

2 Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Prof.ª Drª. do DCBS/CCHSA, Campus III e do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH/UFPB, amandamarques.geografia@gmail.com

Resumo: O referido artigo resulta das intervenções realizadas na Escola Municipal Educador Paulo Freire, ocorridas como desdobramento do componente curricular estágio supervisionado II do curso de graduação em Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campus III. Desenvolvemos ações para implantação de horta educativa como instrumento de educação interdisciplinar em Cruz da Menina, comunidade quilombola localizada no município de Dona Inês – PB. Para desenvolver a relação teoria e prática de forma contextualizada, buscamos estudar autores que discutem as temáticas das quais utilizamos como aporte teórico metodológico, destacando-se a extensão rural, interdisciplinaridade e troca de saberes sob o olhar de MORIN (2003) e FREIRE (1983). Utilizamos também como recurso metodológico prático a Horta Escolar para entender que é possível promover a educação das crianças na escola em consonância com a comunidade e seu entorno. As ações promoveram diálogos que se referem a uma alimentação saudável, nutritiva e conectada a um ambiente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica tanto na escola, como em seu ambiente familiar. Destacamos a relação dos quilombolas com a terra, manejos e práticas sustentáveis, assim como com a alimentação saudável nos espaços coletivos e de reprodução dos saberes tradicionais. Nas atividades que foram desenvolvidas com educandos, buscou-se suscitar ações que contribuíssem para a formação crítica dos sujeitos. Consideramos que o exercício da cidadania deve ser desenvolvido diariamente nos diferentes ambientes em que estamos inseridos, e com ela o aprendizado, e consequentemente o conhecimento vai sendo aprimorado a partir da troca de saberes em diferentes espaços.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, Horta, Educação, Quilombola, Extensão.

Introdução

O artigo resulta das intervenções realizadas na Escola Municipal Educador Paulo Freire, ocorridas como desdobramento do componente curricular estágio supervisionado II do curso de graduação em Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campus III.

Desenvolvemos ações em Cruz da Menina, comunidade quilombola localizada no município de Dona Inês – PB, situada na mesorregião do agreste Paraibano e microrregião do Curimataú Oriental, cuja economia é movimentada pelas atividades agrícolas, exploração de minérios e funcionalismo público.

A comunidade tem 82 famílias e teve seu reconhecimento como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares - FCP em 2008. Em virtude das atividades que estão sendo executadas no território, por intermédio de projeto de iniciação científica[1] e ações[2] de extensão, buscamos realizar atividades na área técnica, trabalhando com horticultura.

Na maioria das vezes as atividades organizativas da comunidade são realizadas na escola, lugar em que temos nos aproximado desde o ano de 2016. A referida instituição de ensino teve sua fundação em 1999 por meio do decreto nº. 652/2001 em 19 de abril de 2001.

Conforme entrevista com a gestora da escola, no ano de 2017 foram matriculadas 8 crianças na pré – escola e 24 no nível fundamental, do 1º ao 5º ano. Após finalização dos ciclos na comunidade, os jovens continuam os estudos nas escolas da cidade, distante aproximadamente 4 Km.

O estágio é um componente curricular obrigatório importante para profissional, pois permite ao discente compreender e articular de forma prática as discussões teóricas fomentadas em sala de aula. Para a execução das atividades realizadas na Escola quilombola, nos amparamos na resolução n. 47/2007 em seu art. 1º. do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB em seu parágrafo único:

> O estágio curricular supervisionado é um componente curricular norteado pelos princípios da integração teoria-prática e da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, realizado pelo aluno na própria instituição, ou em unidades concedentes de estágios, sob a forma de vivência profissional sistemática, intencional, acompanhada e constituída na interface dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP, dos cursos de graduação, de educação profissional técnico de nível médio, propiciando a complementação do ensino-aprendizagem no campo profissional. (UFPB/CONSEPE, 2007, p.1).

Também tomamos como aporte regulador, o art. 13 inciso 3 do Conselho Nacional de Educação – CNE, que versa sobre o estágio supervisionado e institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior que integram cursos de licenciatura:

> O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração

[1] Projeto de pesquisa CNPq/UFPB, intitulado "Territórios de Luta: Processos de Reivindicação Étnica das Comunidades Quilombolas na Paraíba". Desenvolvo como bolsista o plano de trabalho: Territorialidade quilombola na comunidade Cruz da Menina, Dona Inês – PB, sob orientação da prof.ª. Drª. Amanda Christinne Nascimento Marques.

[2] As ações foram: Pesquisa em campo por meio de entrevistas semiestruturadas com as pessoas idosas da comunidade com vistas a compreender o processo de luta por reconhecimento do território tradicional, assim como as territorialidades étnicas do grupo.

> entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio (BRASIL, 2002, p.1).

Partindo desses referenciais, podemos dizer que o estágio supervisionado alicerça as relações teórico-práticas e possibilita não apenas com a produção do conhecimento, mas também articula diálogos com os valores e as identidades do ser humano nos espaços de formação.

No tocante a esse aspecto, Barbosa (2008) afirma que a escola é um espaço de formação e de encontro com a diversidade étnica, social, religiosa e cultural. Desse modo, o exercício da cidadania deve ser desenvolvido diariamente nos diferentes ambientes em que estamos inseridos e consequentemente, o conhecimento vai sendo aprimorado a partir da troca de saberes em diferentes espaços.

Chamamos atenção para o papel da escola como lócus fundamental para o desenvolvimento de cidadãos conscientes ao uso dos recursos naturais, que por sua vez são finitos, mas também, àqueles relacionados ao meio ambiente e a questão étnicorracial como a relação com a terra, manejos e práticas sustentáveis, espaços coletivos e de reprodução dos saberes tradicionais.

Corroborando com a afirmativa anterior, chamamos atenção para as leis que versam sobre a educação quilombola, a exemplo das leis nº. 10.639/2003[3] e 11.645/2008[4] que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Destaca-se também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola que segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes:

> A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2017, p.1).

Ao considerarmos os valores e a diversidade cultural das comunidades quilombolas, chamamos atenção para a alimentação nas escolas das comunidades quilombolas, que é dever

[3] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm; Acessado em: 19 de Janeiro de 2018.
[4] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm; Acessado em: 19 de Janeiro de 2018.

do Estado, cuja garantia está estabelecida no artigo 208 da Constituição Federal de 1988. O atendimento às demandas alimentares dos educandos estão contempladas nas diretrizes do governo federal, por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE[5]).

Considerando os marcos legais e as diretrizes nacionais apresentadas, este artigo tem como propósito apresentar os resultados a implantação de horta educativa como instrumento de educação interdisciplinar na Escola Municipal Educador Paulo Freire. Destacamos como atividades realizadas oficinas sobre as questões ambientais, importância da alimentação saudável, o contato dos educandos com a terra e a produção do sistema orgânico de hortaliças.

Realizamos experiências práticas por meio da implantação de horta educativa, e os alimentos produzidos com essa experiência, foram incluídos na merenda escolar promovendo melhoria na alimentação escolar das crianças.

Metodologia

Ao buscarmos o diálogo interdisciplinar e entre teoria e prática, recorremos ao aporte teórico-metodológico de Morin (2003) e Freire (1983). Para o primeiro autor, o pensamento teórico-prático não ocorre a partir de acúmulos e empilhamentos de informações, mas "uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas; princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido" (MORIN, 2003, p.21).

De acordo com Morin (2003), ao discutir a interdisciplinaridade no processo de ensino aprendizagem:

> Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento (MORIN, 2003, p.11).

Para o autor, o problema do ensino, pode ser atrelado a compartimentação dos saberes e a incapacidade de articulá-los. Faz-se necessário considerar a aptidão dos discentes no sentido de contextualizar e integrar os conteúdos disciplinares. Desse modo, integrar "é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada" (MORIN, 2003, p.12).

[5] https://www.fnde.gov.br. Acessado em 17 de Janeiro de 2018.

Freire (1983, p.44) discute a extensão/comunicação como proposta dialógica, que se dá através de "signos linguísticos", em que a "educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores".

Podemos analisar, com base nas afirmativas dos autores, que ao longo do processo de desenvolvimento das práticas educativas no Brasil, temos ações hegemônicas que tratam as atividades pedagógicas, nos dizeres de Freire (1983), por intermédio de um sistema "bancário". Em vez de corrigir esse modelo obsoleto, nosso sistema de ensino obedece a eles.

Considerando os diálogos apresentados podemos afirmar que a implantação da horta escolar se apresentou como recurso teórico-prático no qual foi possível promover a educação das crianças na escola, junto com a comunidade e seu entorno.

Seguimos um plano de atividades previamente estabelecido, no qual iniciamos por intermédio de pesquisas bibliográficas e documentais acerca do diálogo interdisciplinar, diretrizes e marcos legais que fazem referência às escolas quilombolas, alimentos produzidos e consumidos pela comunidade quilombola e a importância dos alimentos orgânicos. Destacando-se a Constituição de 1988, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

As leituras e pesquisas nos possibilitou compreender que a horta escolar é uma estratégia de ensino-aprendizagem de característica interdisciplinar, tendo em vista que sua implantação, manejo e colheita promovem a integração dos componentes curriculares. Dialogamos sobre os temas transversais como Meio Ambiente, Tradição Quilombola, bem como com noções e conteúdo dos componentes curriculares Matemática, Português, História e Geografia.

Realizamos a implantação da Horta nos utilizando de materiais doados pela comunidade: carroça, pá, enxada, pneu, garrafas pet, esterco de boi ou cabra; e materiais adquiridos por meio de parceria institucional: tinta, bandeja ou copo descartável, mudas de acerola, pitanga e sementes de alface, cenoura, coentro, maxixe, couve, quiabo e beterraba.

Também dialogamos com a comunidade a partir de oficinas com exposição de fotos e vídeos. Utilizamos recursos materiais como: data – show, computador, caixa de som, cartolinas, folhas de ofício, cola e fita adesiva.

A Educação numa perspectiva interdisciplinar permite aos educandos, aprender a ter uma percepção integrada do mundo. Significa romper com o distanciamento entre os conhecimentos teóricos e as vivências práticas desses conhecimentos.

Sendo assim, a alimentação é fundamental para uma educação de qualidade e o sucesso de cada estudante. A formação de hábitos alimentares mais saudáveis segue desde o nascimento

da criança e a partir da família, seguindo de outros espaços sociais como a escola, que se apresenta como um local onde o indivíduo passa a maior parte de sua vida, consequentemente, é o local que terá grande influência em sua formação, enquanto cidadãos mais conscientes para essas questões apresentadas.

Apresentaremos aqui de forma descritiva os resultados e discussões das práticas propostas em nossos objetivos. Realizamos solicitação formal aos responsáveis legais pela instituição. Para isso dialogamos com a representante da Secretaria de Educação Municipal de Dona Inês, com lideranças da comunidade e com a gestora da escola para apresentarmos o projeto com intuito de formalizar e assim desenvolver as atividades.

Realizamos em março de 2018 uma reunião junto à secretaria de educação da prefeitura de Dona Inês, momento em que fizemos uma breve apresentação do projeto a ser executado. Como estávamos no município, nos deslocamos até a escola da comunidade onde contatamos primeiro a liderança local do quilombola para dialogar sobre os objetivos de nossa visita, em seguida, fomos até à escola onde apresentamos e discutimos o plano de trabalho e planejamos conjuntamente as ações.

Como proposta para realização das atividades na comunidade, a professora sugeriu que informasse aos pais, visto que essa é uma prática adotada pela mesma com intuito de deixar os pais sempre informados das atividades fora do planejamento de aula. Nesse sentido, os pais participaram das atividades propostas pelo projeto. Ao dialogar sobre as dinâmicas do "novos" em ações escolar, Freire (1983, p.20) diz que:

> Reconhecemos que a simples presença de objetos novos, de uma técnica, de uma forma diferente de proceder, em uma comunidade, provoca atitudes que podem ser de desconfiança, de recusa, total ou parcial, como de aceitação também.

Quando a professora pediu para informar aos pais as ações que seriam desenvolvidas na escola em que seus filhos estudam, dialoga com que é apresentado pelo autor anterior, visto que ao proceder com o novo, é interessante que se respeite a diversidade e dinâmicas locais.

Resultados e Discussão

Após estabelecermos a parceria, realizamos a primeira intervenção. Ela se deu em forma de oficina teórica, momento em que abordamos o conceito de Meio Ambiente (Figura 1). Segundo literatura consultada previamente, o meio ambiente integra elementos dos meio físico (agua, solo, ar) e humano.

Para que houvesse essa compreensão, iniciamos com uma dinâmica de apresentação individual dos participantes, utilizando o de desenho de uma árvore sem folhas. O objetivo foi formar sua copa usando mãos com diversas imagens coladas na palma, inclusive de moradores da comunidade. As imagens faziam referência aos elementos que constituem o meio ambiente (figura 2). A pergunta geradora foi: Qual imagem pode ser identificada como Meio Ambiente?

Figura 1. Oficina conceito de meio ambiente, **Figura 2.** Mãos com imagens, **Figura 3**. Árvore completa. **Fonte:** Acervo do projeto.

Buscamos dialogar a fim obtermos as concepções sobre o tema. Durante a atividade, apresentamos fotografias da relação dos índios e os quilombolas com o meio ambiente, destacando-se a terra, sobremaneira por intermédio de sua relação com as atividades agrícolas como colheita, armazenamento e consumo dos alimentos. Fizemos imersões no que diz respeito às mudanças ocorridas no tempo, e se as práticas apresentadas tinham alguma diferença com o modo de vida dos quilombolas na atualidade.

Outro aspecto relacionado foi a chegada dos portugueses e o processo de troca das especiarias com os índios, apresentando a questão do processo de inclusão de materiais na natureza.

Posteriormente, apresentamos outras imagens relacionadas ao processo evolutivo das técnicas como os eletrônicos, eletrodomésticos e automóveis. Dialogamos sobre as interferências no meio ambiente que geram alterações no planeta, por intermédio da exploração dos recursos naturais tais como a fauna e a flora para produzir esses equipamentos.

Apresentamos também imagens de impactos ambientais gerados pela ação da sociedade sobre os recursos hídricos, no solo e ar. Buscamos dialogar de forma que os participantes compreendessem que as ações de interferência no meio ambiente acontecem paulatinamente por meio da intervenção humana na terra. Essa questão é apresentada quando perguntamos aos participantes sobre as práticas agrícolas, as matas na região e sua importância para a comunidade.

A segunda atividade aconteceu em maio de 2018. Na ocasião, trabalhamos com reprodução de um vídeo - Educativo sobre Alimentação Saudável - Músicas para Crianças – PlayKids (Figuras 4 e 5), em que abordou o processo de desenvolvimento vegetativo de alguns alimentos, assim como os aspectos nutricionais de alimentos naturais e os processados pela indústria.

Destacamos que nos utilizamos de desenhos educativos, o que possibilitou maior atenção das crianças. Alguns de movimentavam no ritmo da música, outros não piscavam olhos analisando todos os detalhes da discussão abordada, outros sentia a necessidade de falar para o colega ao lado o que estava sendo repassado.

Figura 4 e 5: As crianças assistindo vídeo. Fonte: Acervo do projeto.

Realizamos perguntas a fim de dialogamos sobre o vídeo e qual informação foram sendo captadas por eles. Os questionamentos foram: onde as raízes de alguns vegetais são desenvolvidas? qual importância de se alimentar com frutas e verduras? o que acontece com o corpo se comemos muitos doces, bolos, salgados? Após o vídeo as crianças demonstraram o nível de atenção, além da facilidade de apreender os assuntos, sobremaneira quando apresentado de forma lúdica.

Na sequência da atividade demonstramos que algumas hortaliças, que haviam sido apresentadas no vídeo, precisavam ser cultivadas a partir da produção de mudas. Demonstramos que algumas hortaliças precisavam de um tempo para “nascer” e para isso, era necessário “criá-las” em um copinho para depois ela se desenvolver e ficar “forte” na terra.

Preparamos a bandeja com substrato e orientamos os educandos de como fazer o plantio. Na ocasião, semeamos três variedades de sementes de alface. Durante esse processo, foi interessante por que todos demonstraram querer participar conforme pode ser visto na (figura 6). As crianças enfileiradas iam contando as sementes para germinação, momento em que dialogamos sobre a importância da matemática.

Figura 6: Produção de muda de alface. **Fonte:** Acervo do projeto.

Na sequência das atividades, realizarmos o transplante das mudas de alface em junho de 218, momento em que levamos mudas de acerola e alguns pneus pintados para realizar o plantio, assim como preparamos um canteiro com garrafa pet.

Os canteiros tiveram dimensão de 1,0m x 0,50m com contenções utilizando garrafas pet coletadas pelas crianças e doadas pela comunidade, cujo objetivo foi dialogar sobre educação ambiental e as possíveis formas de reutilização de materiais.

Durante o trabalho de construção dos canteiros, as crianças ajudaram na implantação coletando as garrafas pets, e em seguida, solicitamos que a professora pedisse aos educandos que as enchessem de água as garrafas, pois essa era uma prática necessária para construção do canteiro, visto que se fossemos montar os canteiros com a garrafa seca, ela podia amassar. A medida em que fomos abrindo as valas, as crianças foram enterrando as garrafas.

Realizamos também o plantio de sementes de beterraba, cenoura, couve e cebolinha. Nos utilizamos de materiais orgânicos encontrados na comunidade como cobertura morta para manter a umidade e diminuir o impacto da água no solo, além favorecer a germinação das plantas, impedindo compactação do solo e erosão. Outra questão que favoreceu o desenvolvimento da atividade foi a chuva que facilitou o preparo dos canteiros.

Figura 7: Construção do canteiro a partir de guarrafa pet, **Figura 8:** canteiro pronto e plantio feito pelas crianças e **Figura 9:** Crianças alimentando com as verduras, **Fonte:** Acervo do projeto.

A colheita dos alimentos produzidos foi realizada pelas funcionárias e docente da escola, sendo destinada a merenda dos educandos, conforme visualização a seguir:

Figura 10: Crianças alimentando das verduras. **Fonte:** Acervo do projeto.

Conclusões

O estágio obrigatório supervisionado II do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias – UFPB/CCHSA, possibilitou ter experiência prática pedagógica de planejamento de aulas, assim como também o implantação do projeto de intervenção pedagógica na Escola Educador Paulo Freire no Quilombo Cruz da Menina – Dona Inês/PB, sob orientação e apoio da UFPB/CCHSA, funcionários de escola e pais dos educandos.

Consideramos que desenvolver a interdisciplinaridade e a troca de saberes a partir de símbolos linguísticos que é a implantação da horta escolar, assim como as outras intervenções teórico-práticas, permitiram desenvolver na comunidade escolar, conhecimento críticos referentes às práticas da produção moderna.

Destaca-se a utilização do espaço escolar para o desenvolvimento de reflexões sobre a importância dos alimentos como fonte de segurança alimentar. A incorporação dos vegetais na alimentação dos educandos foi positiva, tendo em vista que promoveu uma diversidade nutricional no cardápio da escola.

Alguns desafios foram postos durante o desenvolvimento das atividades, sobremaneira no tocante as formas de manejo da horta e o elevado consumo de água, visto a escola/comunidade quilombola está geograficamente localizada na Microrregião do Curimataú Oriental paraibano, região semiárida brasileira que apresenta índices pluviométricos baixos e risco de seca.

Em posterior intervenção, buscaremos trabalhar com culturas que melhor se adequem a realidade local e que também possam ser incluídas na alimentação escolar.

Ao sairmos de uma "educação bancária", tal como apresenta Freire (1983), temos a possibilidade de desenvolver atividades que promovem a troca de saberes e um diálogo entre disciplinas. Desse modo, o estágio supervisionado possibilitou sair dos muros da universidade para realizar ações de relevância para a formação crítica e cidadã.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARBOSA, N. V. S. (Org.). **A Horta Escolar dinamizando o currículo da escola:** Caderno 1. 2. ed. Brasília: Cristal Gráfica e Editora Ltda, 2008. 120 p.

BRASIL. FNDE. https://www.fnde.gov.br. Acessado em 17 de Janeiro de 2018.

BRASIL. Lei 10.639/2003. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm; Acessado em: 19 de Janeiro de 2018.

BRASIL. Lei 11.645/2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm; Acessado em: 19 de Janeiro de 2018.

BRASIL. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional; Acessado em: 17 de Janeiro de 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002. **Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno.** http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acessado em 27/06/2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em:

20/01/2017).

BRASIL. Resolução nº. 47/2007 - **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE**. http://www.cear.ufpb.br/arquivos/resolucoes/Estagios%20-%20Resolucao%2047-2007.pdf

FERNANDES, M. do C. de A. **Orientações para Implantação e Implementação da Horta Escolar:** Caderno 2; 2. ed. Brasília: Projeto Gráfico e Editoração: Tomaz André da Rocha, 2007. 45 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** tradução de Rosisca Darcy de Oliveira ¿ prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

MORIN, E. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.128p.